

OS MEANDROS DA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO REGIME MILITAR: INTERESSES E ESTRATÉGIAS DAS CASERNAS

Ailton Laurentino Caris Fagundes, USP – aailton@usp.br

Resumo: Este texto aborda a trajetória da política científica e tecnológica brasileira durante o regime militar. As questões às quais ele se refere dizem respeito às idéias e aos interesses de um dos atores fundamentais: os militares. Esses atores, com interesses e idéias distintas e muitas vezes conflituosas acerca dos rumos do desenvolvimento, embora buscassem objetivos diferentes construíram uma trajetória única com projetos ambiciosos para construir internamente uma rede de instituições que visassem a produção e a aquisição de ciência e tecnologia de ponta. Antes de econômicas, as decisões acerca das políticas de ciência e tecnologia possuíram uma natureza fundamentalmente política e privilegiaram os interesses dos governos e das elites que os sustentaram. Só é possível entender as políticas do setor quando se busca perceber quais são os objetivos e como eles são perseguidos a partir de dois aspectos são fundamentais: as idéias que conduziram à formação, estruturação e atuação do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como dos rumos do desenvolvimento científico e tecnológico e os interesses e objetivos que esses atores possuíam.- **Palavras chave:** regime militar; política científica; Estado desenvolvimentista

Abstract: This paper approaches the science and technology Brazilian politics during the period of the military regime. Their main matters tell respect to the ideas and to the interests of one of your central personages: the militaries. Such personages, with interests and distinct thoughts - and many times locking conflicts concerning about of the bearings of the national development, although they sought different goals, they built a single trajectory with ambitious projects to foment internally a joint of institutions with sights to the production and to the acquisition of a science and an advanced technology. Before being economics, the decisions concerning the science and technology policies had a political fundamentally profile and privileged governments interests and of the elites that sustained them. To comprehend better these relations, two aspects are important: the thoughts that led to the formation and structuring of the science and technology national system, as well as of the bearings of the scientific and technological development and the interests and objectives that these personages detained. – **Key words:** military regime; scientific policy; developmental state.

OS MEANDROS DA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO REGIME MILITAR: INTERESSES E ESTRATÉGIAS DAS CASERNAS

Ailton Laurentino Caris Fagundes, USP – aailton@usp.br

A maior parte da estrutura do sistema nacional de ciência e tecnologia foi planejada e montada durante o regime militar; a despeito dos resultados obtidos, há um certo consenso sobre isso, têm-se ainda que esse dado é quase que natural dentro do projeto de desenvolvimento existente. Uma parcela significativa das universidades federais, dos centros públicos de pesquisa e da estrutura das agências de apoio de fomento, que formam o sistema neste início de século XXI, teve origem nos anos de ditadura, período em que ainda ocorre uma grande ampliação na formação de recursos humanos qualificados em pesquisa e desenvolvimento.

Ocorre que esse desenvolvimento científico e tecnológico pouco ou nada tem de natural, ele foi capitaneado e impulsionado pelo Estado e tanto poderia não ter acontecido como poderia ter se realizado em outros termos, ele recebeu grande apoio governamental em alguns períodos e não em outros, quando poderia ter tido um destaque permanente ou ainda mais ocasional. As experiências de outros países mostram trajetórias de desenvolvimento bastante diferentes e evidenciam que outros rumos, piores ou melhores, não importa, poderiam ter sido adotados. Não o foram, e é preciso entender o motivo.

Em certa medida, as políticas de ciência e tecnologia dos primeiros governos militares representam uma continuidade em relação ao projeto iniciado no início da década de cinquenta. Desde a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, o CNPq, em 1951, até o Plano Trienal do governo João Goulart, as políticas científicas e tecnológicas passaram por altos e baixos, muito mais baixos, diga-se, porém há de se notar que em nenhum momento houve manifestações contrárias, ou uma crença generalizada que ciência e tecnologia não eram algo importante para o futuro do país, aliás, muito pelo contrário, havia dentro da coalizão dominante um discurso que enfatizava a importância dessas áreas para o desenvolvimento nacional. Importa, portanto, saber o que motivou os militares a enxergar essa área como importante num momento em que essa importância não era evidente.

Deve parecer óbvio que, durante o regime militar, os principais atores políticos fossem pertencentes às Forças Armadas ou diretamente ligados a elas. Não obstante,

esses atores, suas intenções e objetivos são ainda pouco conhecidos da maioria da população brasileira e mesmo no meio acadêmico o número de estudos que tratam desses temas é ainda bastante restrito. Conhece-se pouco os personagens, suas idéias, os conflitos existentes entre eles, os motivos e razões dos embates, dos ganhos e das perdas. Durante boa parte do regime a visão mais geral que se tinha é que os militares formavam um bloco monolítico, coeso e coerente. Não era.

Como ocorre em qualquer grande instituição, nas forças armadas havia uma grande variedade de pensamentos e mesmo de correntes ideológicas em conflito. Alan Roquié¹ lembra que por várias décadas, os *rachas* internos, que coincidiam ou não com determinadas correntes do pensamento civil, assim como os processos que contribuía para a formação de tendências e a tomada de decisões, eram em grande parte de natureza institucional, e os consensos acerca das questões políticas tinham geralmente origem corporativa e se apresentavam de acordo com o código normativo da instituição. Como se pode supor, era fundamental que, não obstante as dissensões internas, as Forças Armadas necessitassem manter um elevado grau unidade.

Assim, antes do golpe, boa parte da esquerda acreditava, por exemplo, que os militares seriam decisivos para a sustentação de um governo popular e até mesmo socialista no Brasil. Ainda que considerasse a existência de grupos que queriam derrubá-lo, João Goulart costumava bradar aos opositores que, a despeito das crises internas, o governo tinha o Exército ao seu lado, apoiando as reformas, e que ele possuía total controle sobre um certo *dispositivo militar*, que lhe assegurava a lealdade dos quartéis. Evidente que esse brado poderia ser apenas ameaça ou clamor, mas também era verdade que ninguém precisava ser socialista, de esquerda ou janguista para ser contra o golpe ou contra a tomada do governo pelos militares. Independente das avaliações acerca das políticas dos governos, havia uma importante tradição legalista dentro das Forças Armadas que não podia ser desprezada e que, acreditava-se, reagiria em defesa do governo. Mesmo entre os conspiradores havia uma grande diversidade de expectativas acerca do que fazer.

Não à toa a instabilidade do governo Goulart chegou às casernas, a possível ou iminente intervenção militar exacerbava os espíritos e tornava ainda mais intensos os debates e as disposições políticas. Antes mesmo de ocorrer, o golpe traria uma outra

¹ ROUQUIÉ, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. – Record, 1982. (p.19).

crise para dentro das Forças Armadas; para os vencedores, seja quem fosse, seria preciso depurar as instituições e adequá-las aos seus propósitos. Deve-se notar que é dentro das Forças Armadas onde se verá com maior ímpeto os primeiros passos para a caça aos bruxos: punições, perseguições, expurgos, aposentadorias compulsórias etc. Entre abril e outubro, quando caducou, o artigo punitivo do Ato Institucional atingiu 4.454 pessoas, dessas, 2.757 foram militares².

Ainda que tivesse, no seu interior, correntes fortemente legalistas, as Forças Armadas possuíam como traço marcante um importante retrospecto de intervenções no jogo político, um passado de golpes, contragolpes e tentativas de golpe. Mesmo assim, a idéia de tomar o poder e manter-se nele por um tempo, assumindo a posição de governo, era quase que inteiramente nova e à maioria dos oficiais, mais moderados, parecia arriscada e ilegítima. A deposição de João Goulart não era exatamente sinônimo de conquista de governo. Foram as quebras de hierarquias, as convulsões sociais e o perigo comunista que arrastariam grande parte da oficialidade para o lado dos conspiradores³, e esta parcela da oficialidade não estava totalmente convencida de que poderia ou deveria governar⁴.

² Boris Fausto fala em números mais *conservadores*, cerca de 1200 afastados nas Forças Armadas e mais de 1400 na burocracia civil. Para Evaldo Vieira, o governo Castello Branco aplicou 3.747 atos punitivos e foram demitidos aproximadamente 1.530 funcionários civis e 1.228 funcionários militares. Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996 (p.467). VIEIRA, Evaldo. “Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização”. In: MOTA, Carlos G. *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. – São Paulo: Senac, 2000. (p. 193).

³ Uma outra questão muito pouco aventada para explicar, pelo menos em parte, a insatisfação dos militares é a questão dos soldos gastos militares. Os meses que antecederam ao golpe são aqueles em que as despesas com as Forças Armadas atingiram o seu nível mais baixo desde o final da década de 40. As despesas do Ministério da Guerra, por exemplo, decresceram de 15% para menos de 6% entre 1952 e 1964. Nesse sentido Edmundo Coelho lembra que a deposição e suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart ocorreram nos momentos em que as despesas com o exército atingiram o nível mais baixo de seu respectivo período. COELHO, Edmundo. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. – Rio de Janeiro: Record, 2000. (p.142 e ss.).

⁴ Para uma maior compreensão das tramas e dos trâmites que levaram o grupo sorbonista ao poder dentro das Forças Militares veja: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

De acordo com Alfred Stepan⁵, havia entre os oficiais uma crença generalizada de que os militares não teriam capacidade política ou econômica para dirigir o país e, além disso, de que eles teriam em relação aos civis um baixo grau de legitimidade para governar. Nesse sentido, a Escola Superior de Guerra teria um papel fundamental na mudança de mentalidade ocorrida nos anos 60, no sentido de legitimar entre as tropas, e também entre as elites da sociedade civil, não apenas as ações de deposição de um governo como, e principalmente, a tomada do poder e a sua manutenção no governo.

As análises sobre o regime militar brasileiro apresentam uma dinâmica dualista que se configura como um choque entre duas forças fundamentais, de um lado o grupo castellista ou esguiano, internacionalista e ligada a idéias liberais e, de outro, a chamada linha-dura, autoritária e nacionalista. Nas palavras de Eliezer Rizzo de Oliveira⁶, *os governos militares foram marcados desde 1964 por um conflito permanente entre, de um lado, a orientação política da Escola Superior de Guerra (...) e, de outro lado, as pressões dos setores militares duros*, os primeiros identificados com a abertura ao capital estrangeiro, política externa alinhada com os Estados Unidos, e manutenção das instituições políticas como o parlamento e os partidos, ou últimos, unidos pela defesa de uma maior repressão aos movimentos sociais e aos perigos comunistas, eram partidários da adoção de uma política econômica nacionalista.

Essa visão dualista esconde ou mascara elementos importantes⁷. É necessário, de início, ter cuidado com o propalado liberalismo da coalizão que chega ao governo após o golpe. Chamar os golpistas de liberais pode dizer pouco ou não dizer coisa nenhuma; no contexto da Guerra Fria, o termo liberal foi usado tanto como uma forma depreciativa de acusar aqueles que defendiam o capitalismo quanto como maneira elogiosa de auto-referência àqueles que condenavam o socialismo. Evidente que num espectro de possibilidades tão amplo pode-se colocar de tudo, inclusive militares golpistas que, bem ou mal, a contragosto ou não, conduziam uma situação política

⁵ STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. – Rio de Janeiro: Artenova, 1975. (p. 127 e ss).

⁶ OLIVEIRA, Eliezer R. “Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979)”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. – Record, 1982. (p.119).

⁷ Uma análise crítica e bem construída dessa visão dualista é apresentada em MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. – São Carlos: Edufscar, 1995.

autoritária que negava aos indivíduos seus direitos mais básicos e ainda guiavam os rumos da economia a partir de fortes instrumentos de intervenção estatal.

Ocorre que, a despeito das diversas crenças liberais que o grupo castalista podia carregar, havia também importantes elementos de conservadorismo dentro da coalizão e nos grupos que a apoiavam. Esse conservadorismo era antiliberal em diversos aspectos, sobretudo aquele presente dentro de determinadas correntes da Igreja Católica onde havia uma forte rejeição ao liberalismo econômico e ao capitalismo selvagem, que ao lado do comunismo era por diversas vezes representado como um dos dois chifres do diabo⁸.

O pensamento antiliberal não era apenas uma crença corrente mal lapidada, era um dos pilares da doutrina política do Vaticano. Em seus princípios, a Encíclica *Mater et Magistra* do papa João XXIII condenava tanto o comunismo quanto o liberalismo econômico e, fundamentada nos princípios da ação social da Igreja, defendia a propriedade privada mas também a intervenção do Estado na economia como modo de aperfeiçoar os mercados e tornar socialmente mais eficiente a livre-iniciativa. A desconfiança era de que o liberalismo estava ligado ao individualismo, à falta de hierarquia, ao anti-clericalismo e a outros vícios que nasciam da modernização. Nesse contexto, a cultura norte-americana, os novos comportamentos decorrentes dela, como sustentáculo dessa cultura do indivíduo livre, era vista como uma ameaça à tradição e aos valores cristãos católicos.

A Doutrina de Segurança Nacional e o desenvolvimento

Fundada em 1949, a Escola Superior de Guerra foi modelada e apoiada, em sua organização e operação, pelo National War College dos Estados Unidos, que enviou uma missão para dar suporte à sua implantação, mas desenvolveria sua base doutrinária entre meados dos anos 50 e início dos 60. A inspiração norte-americana da ESG contribui para formação do seu caráter marcadamente anticomunista, mas é o contexto internacional da Guerra Fria e sua compreensão pelos militares que dará a cara da sua doutrina. Nascida nos escombros e nas esperanças do pós Segunda Guerra, a ESG logo se transformaria num ponto de encontro de militares interessados em discutir os rumos

⁸ A referência aqui é o livro do frei João Batista. SANTOS, João B Pereira. *Os dois chifres do diabo: capitalismo-comunismo*. – São Paulo: SAL, 1964.

políticos do país e um centro de estudos políticos com grande influência não apenas entre militares.

O General Cordeiro de Farias, a quem coube a tarefa de desenvolver e organizar a ESG, logo percebera, no entanto, que a missão de ambas as escolas não poderia ser a mesma, sabia que Brasil e Estados Unidos possuíam problemas diferentes a resolver, e que, ao contrário do que ocorria por lá, aqui as questões fundamentais de segurança nacional diziam respeito à segurança interna e à questão do subdesenvolvimento econômico. Para pensar soluções para esses problemas, desde logo a Escola contaria em muito com as estreitas relações que mantivera com os civis. Desde os seus primeiros anos, a Escola acreditava que a sua doutrina deveria ser divulgada e, para tanto, recrutava civis para os seus cursos e buscava manter uma relação de proximidade e diálogo com especialistas de diversas áreas, com isso buscava-se mais que uma proximidade, buscava-se conseguir influenciar áreas importantes das elites civis.

Não demoraria muito para que a Escola se transformasse no principal centro de inteligência das Forças Armadas e, pelas suas supostas qualidades de *intelligentsia*, ganhasse a alcunha de Sorbonne⁹. Independente do valor intelectual dos seus membros, seus principais líderes seriam homens de destaque e influência entre os militares. Ali ganharia conteúdo e tomaria forma a chamada Doutrina de Segurança Nacional¹⁰.

Ao sintetizar esta doutrina, Edmundo Coelho¹¹ destaca os seguintes postulados: a) os indivíduos só valem pelo que realizam em conjunto e em benefício do conjunto; b) uma comunidade em que o bem coletivo está acima dos interesses dos indivíduos e dos grupos possui uma vida moral mais elevada; c) o Estado é o instrumento de mobilização da ação coletiva e a lealdade para com o Estado deve ter precedência sobre as demais;

⁹ Para o general Ernesto Geisel a alcunha de Sorbonne, que foi dada ao corpo permanente da Escola, é jocosa e seria uma expressão pejorativa dada por quem não conhecia ou não gostava dela e seus membros eram acusados de serem “uns homens metidos a besta, a serem sabidos”. D’ARAÚJO, Maria C. e Celso Castro. *Ernesto Geisel*. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. (p.110).

¹⁰ Tanto para uma análise das origens e doutrinas da Escola Superior de Guerra quanto para uma maior compreensão da Doutrina de Segurança Nacional veja GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra*. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: José Olímpio, 1975. Não procure, entretanto, qualquer análise isenta, o autor, como ex-aluno foi delegado da Associação dos Diplomados Escola Superior de Guerra no Estado de São Paulo e foi um ativo divulgador dos estudos, das idéias e doutrinas da ESG.

¹¹ Cf. COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

d) a centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional; e) as áreas de consenso devem superar por larga margem as do dissenso para que a sociedade nacional seja viável; f) a função da elite dirigente é educativa por excelência e a ela cabe definir os interesses da coletividade, já que faltam aos indivíduos as condições de identificá-los; g) o desenvolvimento econômico é um objetivo fundamental; h) a tarefa de promover o desenvolvimento econômico cabe à nação como um todo e requer disciplina, austeridade, sacrifícios e renúncias por parte dos grupos e indivíduos.

Esses postulados, que em diversos aspectos se aproximam muito mais do pensamento conservador do que dos liberalismos político e econômico, serão quase consensuais durante todo o regime militar, indo muito além do pensamento dos membros Escola Superior de Guerra, dos sorbonistas ou da coalizão que assume o poder ao lado de Castello. Entre os governos de Castello Branco e Figueiredo, por mais que houvesse grupos divergentes dentro das Forças Armadas, pode-se dizer que essas idéias fundamentais da chamada Doutrina de Segurança Nacional foram indiscutivelmente hegemônicas.

Ocorre que, como se pode perceber, essas idéias fundadoras tratavam essencialmente das relações entre indivíduos, sociedade e Estado, destacando essa mesma ordem crescente de importância, e essa ênfase num certo coletivismo de algum modo trazia ao debate político o debate sobre o estatismo e a ameaça do perigo comunista. Desde a Revolução Cubana, em 1959, havia crescido tanto no imaginário da direita quanto no da esquerda – no primeiro como risco, no segundo como esperança – a idéia de que o socialismo estava próximo e isso servia para radicalizar e aumentar a animosidade da disputa política. O cenário internacional da Guerra Fria contribuiria para potencializar e impulsionar as visões maniqueístas pré-existentes de um mundo bipolar dividido entre bons e maus, entre heróis e bandidos, entre justos e injustos.

Fora da esquerda, era comum a crença de que o perigo comunista rondava todos os cantos do planeta, quase sempre com o poderio soviético lhe patrocinando, com diversas ameaças podiam ser de ordem econômica, política, militar ou ideológica; havia, portanto, uma ameaça onipresente, o que significava dizer que o “perigo comunista” estava em toda parte, como ameaça à segurança, ao desenvolvimento, à ordem e ao progresso e também ao cristianismo, à moral e aos bons costumes. Rodrigo Motta¹²

¹² Cf. MOTTA, Rodrigo P. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. – São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

explica que no governo João Goulart o anticomunismo adquiriria grande importância no debate político nacional, formando uma espiral contínua que o levaria a ser a principal fagulha a detonar o golpe militar.

Fosse real ou imaginária, pouco importa, a ameaça comunista seria um importante elemento para a conquista de apoio popular ao Golpe de 1964, e os militares souberam com habilidade ‘manipular’ o medo aos seus interesses. Se nos anos seguintes o perigo vermelho serviria de pretexto para ‘políticas de exceção’ e decisões impopulares, nos primeiros seis meses de 64 o anticomunismo e, dentro da sua lógica, todo o discurso contra o caos, a desordem e a anarquia, serviria para conquistar apoio de parcelas importantes da sociedade.

As organizações religiosas que uniriam católicos, protestantes e judeus nas Marchas com Deus, convocavam o povo para tomar as ruas “antes que os inimigos cheguem aos nossos templos e igrejas”. A Igreja Católica abrigava e mobilizava importantes grupos na luta contra o perigo do “inferno soviético”¹³, boa parte da grande imprensa também aderiria a essa mobilização anticomunista e os principais jornais¹⁴ do país apontavam para as diretas ou possíveis relações entre a desordem institucional que o país vivia e o caos plantado pelos “agentes de Moscou” sob as vistas grossas ou com a complacência do Presidente.

Celina d’Araújo, por exemplo, defende que o grupo militar que toma o poder em 1964 possuía como objetivo a deposição do governo de João Goulart e quando chega ao governo não sabia exatamente que projeto iria implantar, *o golpe, e isso deve ficar bem marcado, não trazia consigo um projeto de governo, muito menos trazia demarcado*

¹³ Acerca do pensamento e das relações políticas do clero ver: MAINWA RING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. – São Paulo: Brasiliense, 1989. Embora represente apenas uma parcela da visão conservadora existente dentro da Igreja, a obra de Plínio Corrêa de Oliveira sobre a ameaça comunista é impar, nela destacam-se: *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista* e *Acordo com o regime comunista: para a Igreja, esperança ou autodemolição*, ambas lançadas pela Editora Vera Cruz.

¹⁴ É possível encontrar diversos trabalhos que tratam das relações entre a imprensa, a queda de João Goulart, o golpe militar e a legitimação do novo governo. Como exemplo vale conferir: FIGUEIREDO FILHO, Celso R. *A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de São Paulo: a passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias (1963-1965)*. – São Paulo: dissertação de mestrado em história social: FFLCH-USP, 2001; MESQUITA, Rui. “O Estadão e o golpe de 64”. In. *Lua Nova*, vol.1, n°2, junho-setembro, 1984.

*que nos próximos anos o país entraria em um dos seus piores momentos em termos de liberdades políticas*¹⁵.

Independente das motivações do golpe¹⁶, o que houve a partir dele foi um longo processo de disputas intra-militares e acirramentos ideológicos, que são contornados com os castelistas concedendo maiores poderes aos ‘revolucionários’ mais radicais de primeira hora, para, assim, manter a coesão militar. Para além das disputas intra-militares, o elevado grau de intervenção estatal e a busca de um maior controle da sociedade por parte dos governos nem sempre seria bem aceita dentro da coalizão que a apoiava o regime. Como costuma ocorrer em todos os lugares, o apoio das classes ao regime dependia mais dos interesses que estavam em jogo do que de ideologias e idéias abstratas. O crescimento do Estado em setores importantes da economia alimentaria um crescente e importante discurso em favor de um maior liberalismo econômico; um liberalismo que, baseado em interesses de classe e não em ideologias, muitas vezes podia abrir mão e esquecer seus pressupostos políticos¹⁷.

Para além dos interesses, a questão fundamental na divisão entre os membros das Forças Armadas foi a questão do nacionalismo e suas ‘aplicações’. Boa parte do alto oficialato brasileiro não apenas foi treinada como combateu ao lado do exército norte-americano na segunda guerra mundial. Nessa relação íntima com os norte-americanos surgiu, de um lado, uma relação de proximidade que fazia com que uma parte dos militares tivesse não apenas idéias semelhantes mas também uma proximidade de objetivos e uma esperança de colaboração e, de outro, uma desconfiança por parte dos militares mais nacionalistas que criticavam essa aproximação e defendiam a busca do interesse nacional.

Nesse conflito, o grupo internacionalista ligado à Sorbonne torna-se predominante no governo de Castello Branco. Pelo menos para esse grupo, como alerta

¹⁵ D’ARAÚJO, Maria C. “Raízes do Golpe: ascensão e queda do PTB”. In: SOARES, Gláucio e Maria D’Araújo (org.s). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. (p.69).

¹⁶ Essa questão é melhor discutida em uma outra parte deste trabalho.

¹⁷ Ainda que se concentre em um período específico do regime militar, o livro *Crônica dos Anos Geisel*, de Roberto Amaral Vieira, traz importantes contribuições para uma análise mais aprofundada acerca das críticas mais comuns das elites econômicas ao crescente intervencionismo estatal no campo da economia. Algumas dessas críticas são analisadas em outras partes deste trabalho. VIEIRA, Roberto Amaral. *Crônica dos anos Geisel*. – Rio de Janeiro: Forense- Universitária: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1987.

Alain Rouquié, a “ideologia” da segurança nacional não foi imposta de fora para dentro, mas sim aceita, e no país criou seu próprio espaço¹⁸. Seus fundamentos eram ainda aceitos por uma parcela importante das elites que apoiavam o regime. Em grande medida isso se deu graças a uma estreita relação com os civis que o grupo ligado a ESG conseguiu alcançar, seja por meio de seus cursos de formação seja pela tentativa do grupo em estreitar relações com a sociedade civil através da imprensa¹⁹. Em grande medida a Doutrina de Segurança nacional se embasava na teoria da guerra interna²⁰, desenvolvida nos Estados Unidos, segundo a qual a principal ameaça à estabilidade e à segurança nacional não vinha da invasão externa mas dos grupos subversivos nacionais, que poderiam ser influenciados pelo comunismo internacional, ameaças que, para o bem da nação, deveriam ser neutralizadas ou eliminadas.

O principal articulador e divulgador da doutrina foi certamente Golbery do Couto e Silva que foi, nas palavras de Dreifuss²¹, *o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos guerreiros frios que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro*. Para muitos outros Golbery foi o principal teórico ou mesmo o pai da ESG. Era articulado, tinha forte influência dentro das Forças Armadas e, mesmo antes do golpe, tinha atuação e influência no meio empresarial. Suas idéias contrapunham-se ao Estado que fosse *mero guarda-civil, abúlico ante o espetáculo das convulsões sociais do nosso tempo*, mas também não exigiam a conquista de poder político pelos militares. Foram as circunstâncias que colaboraram para que sua doutrina chegasse ao poder. Muito provavelmente, quando escreveu sua obra mais influente, *Geopolítica do Brasil*, jamais imaginaria ocupar a posição de principal mentor de um governo militar.

Se por conta da história do país o golpe militar não era algo inesperado, a permanência das Forças Armadas no poder ainda era uma possibilidade estranha. Entre os civis o papel dos militares foi sobejamente subestimado e, inclusive pelos intelectuais

¹⁸ ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. – São Paulo: Alfa-ômega, 1984. Pg. 174.

¹⁹ Cf. FIGUEIREDO FILHO, C. (2001). *Op. cit.*

²⁰ Uma bem construída exposição e análise das relações entre a Doutrina de Segurança Nacional, de suas relações com uma determinada concepção de guerra, a de subversão interna, pode ser encontrada no capítulo 1 de ALVES, Maria M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. – Bauru: Edusc, 2005.

²¹ DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. – Petrópolis: Vozes, 1981. (p.74).

que tentavam compreender o momento vivido no país, como destaca Gláucio Soares²². Ainda que diversos grupos sociais buscassem o seu apoio, o desconhecimento acerca dos militares e da sua realidade era generalizado.

Nos seus mais de vinte anos, o Regime Militar foi marcado por diversas configurações, passando por mudanças nos campos da política e da economia, a coalizão que assumiu o poder com Castello não era a mesma que detinha o poder no governo Médici, que não era a mesma do governo Geisel ou Figueiredo²³. Os partidários da deposição de Goulart não formavam um bloco monolítico e, mesmo após a formação do primeiro governo as disputas pelo poder continuariam. Mesmo no interior das Forças Armadas os interesses distintos e as diversas perspectivas acerca dos rumos pelos quais o país deveria ser conduzido gerariam importantes conflitos e constantes mudanças na condução do regime.

As disputas já eram perceptíveis desde o golpe e se tornariam evidentes na transição entre Castello e Costa e Silva quando a equipe formada a partir dos quadros ligados a Escola Superior de Guerra é afastada e, aos poucos, se vêem substituídos por nomes simpáticos aos duros e nacionalistas. Os duros caracterizavam-se, conforme palavras do general Gustavo Moraes Rego, pelo radicalismo, pela arbitrariedade, pela intransigência, e “*pela adoção de meios e processos violentos de intimidação e coação*”, e, diferente dos homens da Sorbonne,

os 'linha dura' não chegaram a constituir organizações estáveis, segmentos ordenados ou estruturas mais ou menos hierarquizadas. Ao contrário, suas estruturas eram tumultuadas por disputas menores de vedetismo nos IPMs e nas

²² Gláucio Ary Dillon Soares, ‘O golpe de 64’. In. SOARES, Gláucio e Maria Celina D’Araújo (org.s). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. (p 10 e ss.).

²³ Num texto escrito à época do golpe, Gabriel Cohn comenta que ao se examinar as bases sociais da esquerda, *revela-se que aquilo que parecia um todo homogêneo é formado por um conjunto de forças, correspondentes a setores diversos da sociedade e cujos interesses profundos podem ser diferentes e até mesmo antagônicos*²³. Podemos dizer que o mesmo se aplica à direita e ainda aos militares; entre a vitória dos conspiradores e a formação da coalizão que efetivamente assume o poder, as diferenças começariam a se manifestar. COHN, Gabriel. “Perspectivas da esquerda”. In: IANNI, Octavio et alii. **Política e revolução social no Brasil**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (p.133).

*querelas com órgãos do Judiciário e com o próprio governo, alimentadas pelo oportunismo, pelo carreirismo e pela impunidade*²⁴.

Na condução da política econômica e de ciência e tecnologia, importa menos o fato de serem autoritários e violentos que o modo como se viam nacionalistas. São as idéias sobre o interesse nacional, expressas, sobretudo, na política externa, e sobre as estratégias de desenvolvimento que definiriam as pressões do grupo sobre o governo e influenciariam as tomadas de decisões de seus *policy makers*. Entre 1967 e 1968 o regime passaria por dois momentos distintos, primeiro uma abertura, com a nova Constituição, a volta de certas liberdades e a organização da Frente Ampla que aproximava governo e parte da oposição. Depois viria o terror, a repressão violenta, o AI-5 e o fortalecimento do Estado autocrático.

Para Carlos Estevam Martins, o golpe restringiria a três o número de forças relevantes para o jogo político: a liberal-imperialista, a reacionário-oportunista e a nacional-autoritária. A primeira defenderia um projeto sustentado por um segmento específico da burguesia internacionalizada em aliança com os setores militares, da burocracia civil e da tecnoburocracia; a segunda seria uma força menor cujos membros vinham de órgãos periféricos do Estado, áreas pouco expressivas das Forças armadas e de grupos secundários da economia e da sociedade, não tinha chances reais de conquistar o poder, pois não apresentam um projeto maior, que fosse além do anticomunismo e *antiprogressismo*; a terceira constituiria uma corrente que ganharia força a partir da decadência dos castelistas e seria uma espécie de *partido burocrático da emancipação nacional*²⁵.

Esta última força, paulatinamente, vai ganhando força a partir do fim do governo de Castello até ser o *partido* predominante do governo Médici e, no governo, transforma parte da política econômica, guiando-a para seus propósitos nacionalistas. O papel do Estado na economia cresce substancialmente e, de agência de regulação e planejamento localizado com preocupações monetaristas, passa a atuar como agente econômico direto, procedendo a atividades de poupança, empréstimos, investimentos diretos, consumo e produção e com isso, nas palavras de Paulo Fagundes Vizentini, *o Estado*

²⁴ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego. In. D'ARAUJO, Maria Celina et alii. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. (p.54).

²⁵ MARTINS, Carlos E. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. – Rio de Janeiro: Graal, 1977.

*passou gradativamente de uma posição de subordinação barganhada em relação às transnacionais, para uma postura de negociação ativa*²⁶.

O grupo que toma o poder ao lado de Castello pretendia defender o país da ameaça comunista, é nesse sentido que ele constrói grande parte de sua legitimidade, contudo essa era uma ameaça tão ampla e multifacetada que beirava a onipresença e que compreendia desde a desordem institucional gerada pelo pacto populista que sustentava o governo anterior e as reformas que ele buscava até as mudanças comportamentais.

Para seus atores, ou pelo menos para uma parte deles, uma ditadura em nome da democracia ou um governo autoritário em nome da liberdade não eram um embuste ou uma pantomima, mas parte de uma crença em meios que se justificam pelos fins e é nesse sentido que o regime buscava se legitimar. O Ato Institucional, que seria o primeiro de muitos, advoga que *a revolução se distingue de todos os outros movimentos armados pelo fato de representar não os interesses e a vontade de um grupo, mas os interesses e a vontade de toda uma nação*. A frase é, obviamente um embuste, um engodo, mas dá pistas sobre os argumentos que os militares usariam para se legitimar. Embora explicita que *a revolução vitoriosa legitima-se a si própria*, o AI insiste que golpe é dado em nome do povo; ocorre que povo aqui é sinônimo de uma parcela da nação e de uma nacionalidade que em grande medida reside no Estado e é reflexo dele. A Doutrina de Segurança Nacional, que de certo modo traduz o pensamento que justifica a tomada do poder, serviria para criar uma identificação entre as Forças Armadas e o Estado-nação, porquanto na Guerra Fria já não haveria distinção entre tempos de conflito e tempos de trégua²⁷, e nesses tempos já não basta livrar a nação do inimigo externo é necessário protegê-la das ameaças internas.

O Ato Institucional dizia que o objetivo da revolução era *a restauração da ordem interna e do prestígio internacional* do país. Conservar a ordem nacional é, evidentemente, um elemento norteador e princípio básico das Forças Armadas, no Brasil desde a proclamação da República esse princípio casa-se com o ideal positivista e se transforma num discurso que agrega os militares e ao mesmo tempo busca legitimar

²⁶ VIZENTINI, Paulo. *A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. (p.79).

²⁷ Uma análise ao mesmo tempo rica e sintética das concepções estatista e militarista de identidade nacional pode ser encontrada em CANCLINI, Nestor. “Políticas culturais na América Latina”. In. *Novos Estudos Cebrap*, vol.2, nº2, julho de 1983.

as suas ações políticas. José Murilo de Carvalho cita como exemplo disso, o editorial do primeiro número de *A defesa nacional*, de 1913, aonde se enfatiza que *o exército precisa preparar-se para a sua função conservadora e estabilizadora (...) ele deve estar pronto para corrigir perturbações internas*²⁸. Pela relativa tranquilidade do contexto internacional, entre os militares a luta contra a desordem e os inimigos internos ganhará o status de tarefa mais importante após o golpe de 64. Garantida a ordem seria necessário projetar o progresso.

Política econômica, planejamento e desenvolvimento

A importância dada ao planejamento e às políticas de desenvolvimento econômico também possuía íntima relação com a doutrina desenvolvida na Escola Superior de Guerra, que evoluiu de uma definição parcial de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente de segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico. Como vimos anteriormente, segundo o modelo econômico da Escola, a questão da segurança nacional está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico que, por sua vez, está ligado à industrialização e à utilização efetiva dos recursos naturais, de redes de transporte e comunicação capazes de integrar o território e ao treinamento de forças de trabalho especializadas. Assim, entre os fatores mais importantes para a segurança nacional destacavam-se a capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, a eficácia de seus setores industriais e o desenvolvimento científico e tecnológico²⁹.

A política econômica defendida pelos militares é, no geral, amplamente intervencionista e, na raiz desse pensamento está a Doutrina de Segurança Nacional que sustenta que o capitalismo liberal é inviável em países subdesenvolvidos e é incapaz de evitar os graves problemas de ordem interna decorrentes dos problemas decorrentes das contradições do crescimento econômico. Antes mesmo dos sorbonistas chegarem à cúpula do governo, o Ato Institucional de 9 de abril deixava claro que o objetivo do

²⁸ *A Defesa Nacional*, nº1 (1), 1913. Citado por CARVALHO, José M. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº1, 1974.

²⁹ Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. – Rio de Janeiro: Estado-Maior das Forças Armadas: Escola Superior de Guerra: Departamento de Estudos, 1976. (p.338). ALVES, Maria M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. – Bauru: Edusc, 2005. (p.57)

aumento dos poderes do Executivo visariam, além da reconstrução política e moral do país, a reconstrução econômica e financeira.

O receituário da Escola Superior de Guerra recomenda que o país busque um caminho de desenvolvimento através de um Estado forte, apto a realizar com competência um planejamento econômico centralizado e manter a ordem interna sem ceder a pressões de grupos de interesses descontentes. Golbery é bastante claro quanto à importância da planificação, para ele planejamento tem um sentido tático, próximo ao sentido de estratégia, e significa orientação, disposição e racionalização do conjunto de ações visando a determinados objetivos, assim ele implica uma busca orientada de conhecimento e “*consiste, acima de tudo, em um sistema de escolhas ou decisões, sucessivas e hierárquicas, entre alternativas distintas*”³⁰. Desse modo, o planejamento é quase uma consequência lógica de uma ação racional e orientada e a sua definição, usada para a sua compreensão no contexto da segurança nacional, pode ser estendida para a política e, sobretudo, para a economia.

Num país que ainda vivia sob a sombra do Plano de Metas, seu pensamento estava longe de ser original e sua fala não destoava, mas ao contrário era mais uma voz no coro em uníssono, que beirava a hegemonia, dos que clamavam pela racionalização da gestão pública. O certo é que a partir da Doutrina de Segurança Nacional os militares tinham, ainda que mal lapidado e precário, um projeto nacional, e esse se coadunava com o desejo de construir o Brasil grande potência. Com o objetivo de desenvolvimento econômico, o planejamento ganha ainda mais relevância.

Transformada em tarefa, a consecução do projeto nacional deveria ser consequência de todo um processo de desenvolvimento nacional que se expressaria em um Estado forte, com forças armadas bem equipadas e adestradas, em prestígio internacional, coesão interna, consenso ideológico e numa sociedade industrializada de economia avançada³¹. Para tanto seriam necessárias mudanças radicais na estrutura política e econômica do país de modo que cada um desses elementos pudesse ser fortalecido pelos demais.

Tarefa difícil, como facilmente se supõe. Ocorre que na década de sessenta para a maioria da população a junção desses elementos não apenas parecia bastante viável

³⁰ SILVA, Golbery C. “Do planejamento para a segurança nacional”. In: *Cadernos Brasileiros*, nº1 (4), 1960. (p.38-9).

³¹ CAVAGNARI FILHO, G. (1996), *op. cit.*, p.3.

como simplesmente dependente da vontade dos políticos; filha legítima do intenso otimismo da década anterior, essa crença generalizada certamente agia a favor do regime. A crença de que o progresso acelerado era não apenas possível como simplesmente dependente de vontade política colocava uma responsabilidade de incompetência aos governos anteriores ao golpe, legitimando-o, e ainda permitia uma certa esperança renovada nas promessas de que se poderia ‘arrumar a casa’ desde que houvesse tempo para isso.

Num reducionismo tosco, grandes parcelas dos militares, e da população em geral, atribuíam a responsabilidade pelo fraco desenvolvimento econômico dos anos anteriores a questões de vontade política. Logicamente não era, mas as intervenções políticas e modo como elas ocorreram acabaram por contribuir a melhoria do quadro econômico. Ocorre que, como explica Ben Ross Schneider³², os militares trouxeram para a economia uma visão estratégica de longo alcance, uma visão ligada ao ideal de construção de uma potência econômica e geopolítica e de um país que deveria ser soberano e auto-suficiente. Pode-se até atribuir as mesmas intenções aos governos anteriores, mas ainda que as intenções fossem as mesmas os instrumentos seriam distintos em aspectos essenciais. A crescente centralização do poder político permitiu uma maior centralização do poder econômico, aumentando os instrumentos de intervenção do governo federal, ao mesmo tempo a desarticulação das oposições políticas serviu para que os projetos do Executivo sofressem pouca ou nenhuma resistência e a concentração de renda permitiu elevar a poupança interna nas mãos do Estado.

É a partir desse quadro que se deve tentar compreender as políticas de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Como nos governos anteriores, as preferências daqueles que formulavam as políticas econômicas iam no sentido de impulsionar a industrialização, a substituição de importações e, como fator de favorecimento dessas, a tecnologia de ponta. A economia, portanto, deveria sofrer e de fato sofreria uma expressiva influência política, na medida em que se buscava nacionalizar uma parcela da tecnologia necessária ao desenvolvimento e substituir importações. Ocorre que, pela conjuntura e pelo tipo de projeto de desenvolvimento, o custo de sacrifícios à sociedade seria muito maior e só seria possível, pelo menos em

³² SCHNAIDER, Ben Ross. *Burocracia pública e política industrial no Brasil*. – São Paulo: Sumaré, 1994. (p.88).

parte, graças à repressão política e ao insulamento da tecnoburocracia frente às pressões vindas da sociedade.

Não foi pequena a presença militar na burocracia, seja de forma direta com a ocupação de postos importantes, como direção de empresas estatais, seja indiretamente, através, por exemplo, do patrulhamento de funcionários e instituições. Não era necessário que houvesse militares ocupando cargos de direção para que desígnios propostos fossem levados adiante, mesmo sem ocupar os cargos centrais da política econômica, como os ministérios do Planejamento e da Fazenda, e ainda lhes atribuindo uma autonomia relativa, os militares detiveram as idéias que serviam de base e guiavam os rumos do desenvolvimento na área econômica. Pode-se dizer que os objetivos a serem alcançados pertenciam às Forças Armadas, enquanto que os caminhos para se chegar a eles eram traçados pelos técnicos da área econômica.

Embora o número de oficiais que deixaram os quartéis para trabalhar em órgãos e empresas públicas seja relativamente pequeno³³ seu peso não é desprezível. Grandes empresas como Petrobrás, Eletrobrás e Companhia Siderúrgica Nacional foram dirigidas por militares importantes; é o caso, por exemplo, de Ernesto Geisel que saíria da presidência da empresa petrolífera para a presidência da República. O fato de o regime alocar militares de altas patentes para o controle dessas empresas não apenas evidencia a importância que os militares davam às empresas, enquanto cargo de alto valor à estrutura de poder, como ainda mostra a importância dessas empresas para o projeto nacional, a ponto de necessitar de alguns dos seus homens mais destacados.

Ciência e tecnologia: estratégias e interesses

³³ Edson Nunes afirma que no decênio posterior ao golpe apenas oito dos setenta e cinco ministérios civis haviam sido ocupados por militares, o que representa 11% do total de ministros. (NUNES, Edson. “Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil”. *Dados*, nº17, 1978. p.61). Outro dado, citado por Ben Schnaider (1994:91), é apresentado por Alexandre Barros; segundo ele, até 1976, cerca de um quarto dos ministros dessa área haviam sido militares, 13 em 51; para os cargos civis inferiores a média da penetração militar foi de 10,6 por cento para o governo Castello Branco, contra os 6,9% do governo anterior. (BARROS, Alexandre. *The Brazilian military: Professional socialization, political performance and state building*. – Chicago: University of Chicago: PhD thesis, 1978. (p.218). No que se refere aos altos cargos da burocracia, um levantamento de Ben Schneider revelaria que a presença de ex-oficiais chegava a 15 por cento das nomeações. SCHNEIDER, Ben. (1994), *op. cit.*, p.91.

O caráter estratégico do desenvolvimento científico e tecnológico na Segunda Guerra Mundial mudaria profundamente as relações entre os governos, os militares e a comunidade científica. O exemplo do Projeto Manhattan, responsável pela construção da bomba atômica norte-americana, pautaria essas relações nas décadas seguintes e por todo o mundo influenciaria decisivamente a percepção dos militares sobre os fatores de poderio militar de uma nação. Assim, as novas armas de destruição em massa passariam a significar um poder decisivo no mundo da Guerra Fria e possuí-las ou não poderia representar enormes passos positivos ou negativos nas relações assimétricas de poderio de guerra.

Com a clareza de mil sóis, as bombas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki evidenciariam não apenas a importância das inovações técnicas para o poderio militar de uma nação mas também a necessidade da existência de projetos governamentais para desenvolvê-las. Evidente que todos conheciam a importância da superioridade dos meios, dado que sempre fora vista em toda a história desde os episódios do cavalo de tróia e da descoberta da pólvora até o desenvolvimento do submarino ou do avião para fins bélicos, se havia novidade estava na participação do governo, militares e cientistas numa empreitada comum com objetivos previamente determinados³⁴, mas, sobretudo, na magnitude dos resultados.

Como decorrência, em diversos países, inclusive no Brasil, os gastos militares com pesquisa e desenvolvimento dariam às forças armadas o papel de setor mais dinâmico do sistema de ciência e tecnologia³⁵. Porém a questão não estava apenas nos gastos e envolveria questões complexas, muitas vezes sabia-se o que se queria mas não se sabia como chegar lá, outras vezes sabia-se por onde caminhar mas não se sabia claramente para onde ir. Investimentos pesados não significam resultados satisfatórios, sobretudo quando os gastos e objetivos não estão bem definidos. As Forças Armadas brasileiras queriam, por exemplo, contar com armas nucleares e por conta disso seriam favoráveis aos investimentos em desenvolvimento tecnológico que as propiciasse,

³⁴ Alguns esforços nesse sentido vinham sendo realizados em alguns países desde a Primeira Guerra Mundial; a União Soviética e o Reino Unido possuíam projetos semelhantes, não à toa seriam os próximos a conseguir a produção da bomba.

³⁵ CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. “P & D militar: situação, avaliação e perspectivas”. In. *Ciência e tecnologia no Brasil: a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica (vol. 3)*. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. O texto utilizado é uma versão preliminar disponível em edição eletrônica: <http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/militar.pdf>

porém se o discurso da importância tecnológica era unânime pouco ou nada era claro sobre as políticas necessárias para atingi-la.

A importância que os militares brasileiros dão à ciência e tecnologia é muito anterior à Segunda Guerra e decorre, segundo consideração de Renato Dagnino³⁶, da percepção que estes teriam acerca República e do papel que eles militares teriam nela, nesse sentido, seria muito mais uma consequência da preocupação com o desenvolvimento de longo prazo do que um corolário de sua função de defesa dado que eles se perceberiam como agentes civilizatórios e modernizantes, em contraposição às elites civis, desprovidas de sentimentos nacionalistas. Essa visão faria com que, ao longo da história, as Forças Armadas se engajassem em diversos projetos em ações dirigidas à instalação de setores intensivos em tecnologias, contribuindo para que seus quadros dessem maior importância ao desenvolvimento técnico e científico.

Para os militares, portanto, em pelo menos dois aspectos, o desenvolvimento tecnológico tem grande importância estratégica para o poder nacional: como elemento econômico e como elemento militar. Para o primeiro enquanto promotor de aumento de produtividade e, conseqüentemente de crescimento da economia, para o segundo como possibilidade de vantagem tática e estratégica³⁷.

Os militares que assumem o poder com o golpe de 1964 reconheciam a importância do desenvolvimento científico e tecnológico para a economia e a defesa do país, para o seu desenvolvimento e poderio militar, assim como para a melhoria das condições de vida da população. Não tinham, entretanto, um projeto claro para realizar nessa área. O que havia não era mais do que idéias vagas sobre a sua relevância como elemento do poder nacional e alguns objetivos que, sabia-se, para serem alcançados necessitariam aquisição de instrumentos e conhecimentos altamente especializados. Entre saber o que se tem que fazer, quais os objetivos, e o como fazer, quais os meios, havia uma grande distância e o governo logo se daria conta disso.

³⁶ DAGNINO, Renato. “De volta aos quartéis ou para os laboratórios? A pesquisa tecnológica militar e a política externa brasileira”. In. ALBUQUERQUE, José. G. (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. (vol.4) – São Paulo: Annablume: Nupri-USP, 2000. (p.151).

³⁷ Para o primeiro: ANDRADE, Cel. Antonio. “Elementos econômicos do poder nacional”; para o segundo: SILVEIRA, Cel. José B. “Elementos militares do poder nacional”. Ambos publicados no número especial sobre segurança nacional da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº21, julho de 1966.

Bibliografia

- ADLER, Emanuel. *The power of ideology: the quest for technological autonomy in Argentina and Brazil*. – Berkeley: University of California Press, 1987.
- ANDRADE, Cel. Antonio. “Elementos econômicos do poder nacional”. In. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº21, julho de 1966.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CARVALHO, José M. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *Cadernos Departamento de Ciência Política*, nº1, 1974.
- CASTRO, Celso e Maria C. D’Araújo (org.s). *Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento*. – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. “P & D militar: situação, avaliação e perspectivas”. In. *Ciência e tecnologia no Brasil: a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica (vol. 3)*. – Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1996.
- CNPQ. *Ciência e tecnologia: alicerces do desenvolvimento*. – São Paulo: CNPq: Cobram, 1994.
- COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. – Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CRUZ, Sebastião V. e Carlos E. Martins. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura””. In. SORJ, Bernardo e Maria H. T. Almeida (org.s). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. – São Paulo: Brasiliense, 1984.
- D’ARAÚJO, Maria C. e Celso Castro. *Ernesto Geisel*. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- D’ARAÚJO, Maria Celina; Gláucio Soares e Celso Castro. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- DAGNINO, Renato Dagnino, Amilcar Garcia e Hernán Thomas. “El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria”. In: *II Jornada Latinoamericana de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología*, 1996.
- DAGNINO, Renato. “De volta aos quartéis ou para os laboratórios? A pesquisa tecnológica militar e a política externa brasileira”. In. ALBUQUERQUE, José. G. (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*, 4 – São Paulo: Annablume: Nupri-USP, 2000.

- DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. – Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESG. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. – Rio de Janeiro: Estado-Maior das Forças Armadas: Escola Superior de Guerra: Departamento de Estudos, 1976.
- EVANS, Peter. *Embedded Autonomy: states and industrial transformation*. – Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FAJNZYLBBER, Fernando. *La industrialización trunca de América Latina*. – México, D.F.: Nueva Imagen, 1983.
- FIORI, José Luis. “O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro”. *Novos Estudos*, nº 40. – São Paulo: Cebrap, 1994.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOMES, Severo e Rogério C. Leite (org.). *Ciência, tecnologia e independência*. – São Paulo; Livraria Duas Cidades, 1978.
- GUIMARÃES, Eduardo e Ecila Ford. “Ciência e tecnologia nos planos de desenvolvimento: 1956/1973”. In. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.5, nº2, dezembro de 1975.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IPEA. *Potencial da pesquisa tecnológica no Brasil*. – Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Instituto de Planejamento, 1971.
- LAFER, Betty M. (org.). *Planejamento no Brasil*. – São Paulo: Perspectiva, 1970.
- LEITE, Rogério C. *Tecnologia e desenvolvimento nacional*. – São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- LOUREIRO, Maria R. (org.). *50 anos de política econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. – Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACULAN, Anne-Marie. “A política brasileira de ciência e tecnologia de 1970 a 1990”. In. *Novos Estudos Cebrap*, nº 43, 1995.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. – Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. – São Carlos: Edufscar, 1995.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- MATHIAS, Suzeley K. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MENEZES, Marilde. “Ciência e política no Brasil: a convivência entre duas éticas”. In. SOBRAL, Fernanda, Maria Maciel e Michelangelo Trigueiro (org.). *A alavanca de Arquimedes*. – Brasília: Paralelo 15, 1997.
- MIYAMOTO, Shiguenoli e Willians Gonçalves. “Militares, diplomatas e política externa”. In. ALBUQUERQUE, José G. (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. – São Paulo: Annablume: Nupri/USP, 2000.
- MOREL, Regina. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. – São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- OLIVEIRA, Eliézer (org) *Militares: pensamento e ação*. – Campinas: Papirus, 1987.
- RATTNER, Henrique. *Tecnologia e sociedade: uma proposta para os países subdesenvolvidos*. – São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ROUQUIÉ, Alain (org) *Os partidos militares no Brasil* – Rio de Janeiro: Record, 1982.
- SALA, Oscar. “A questão da ciência no Brasil”. *Estudos Avançados*, vol. 5, nº12, 1991.
- SALLES FILHO, Sérgio. “Política de ciência e tecnologia no II PBDCT (1976)”. In. *Revista Brasileira de Inovação*, vol.2, nº1, 2003.
- SANT’ANNA, Vânia. *Ciência e sociedade no Brasil*. – São Paulo: Símbolo, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. “Science, technology, technocracy, and democracy”. In. MENDES, C. (Ed). *The controls of technology*. – Rio de Janeiro: Iuperj, 1979.
- SILVA, Golbery C. “Do planejamento para a segurança nacional”. In: *Cadernos Brasileiros*, nº1 (4), 1960.
- SOARES, Gláucio e Maria Celina D’Araújo (org.s). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. – Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STEWART, Frances. *Technology and underdevelopment*. – London: Macmillan, 1977.
- TAVARES, Maria C. e José Assis. *O grande salto para o caos*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.